

**T**odos conheciam a tendência da Comissão de Sistematização em votar o mandato de 4 anos para o presidente Sarney. Menos ele próprio. É verdade que a pressão se fez, de forma pesada, e, às últimas horas, esse jogo cerrado dava uma aparente impressão de mudança, embora as posições realmente não se alterassem.

A realidade era a mentira organizada junto ao presidente. Seus líderes e assessores manipulavam cálculos, até a véspera, assegurando-lhe 58 votos (na hipótese mais desfavorável, 55) e ele próprio dava os últimos retoques no trabalho das assessorias e lideranças, classificando os que votassem contra sua proposta de 5 anos como inimigos declarados.

Enquanto conduziam o presidente Sarney ao desconhecimento da realidade, os líderes e assessores negociavam os cargos, concessões de canais e frequências e outras vantagens diretas ou indiretas.

Alguns constituintes, todavia, que não consideraram os assessores e líderes incapazes, passaram a admitir que eles induziram o presidente ao erro, por razões de interesse pessoal ou grupal ainda não devidamente analisado.

Aliás, assim agiram com a decisão das subcomissões, das comissões temáticas nas várias fases da Comissão de Sistematização, quando garantiam ao presidente resultados que jamais ocorreram.

O remanejamento ministerial (e não reforma, como anunciara o presidente) não o ajudou na modificação da tendência de voto. Ao contrário. Desagrudando alguns governadores, colocou-os em franca oposição ao mandato de 5 anos, conforme ficou expresso no último encontro de chefes de executivos estaduais no Rio de Janeiro.

O voto do senador Fernando Henrique Cardoso, líder não apenas do PMDB, no Senado, mas, também, do governo, foi motivo de seguidas conversas no Palácio do Planalto. Há vários dias, com sua substituição definida, o presidente foi instado a adotá-la, sob o fundamento de que essa decisão não alteraria o voto do parlamentar paulista e, também, porque a diferença era tal a favor do governo, segundo Prisco Viana, Carlos Sant'Anna, José Lourenço, Hargreaves e outros,

Freitas  
Nobre  
Sarney,  
o último a  
saber.

que a medida poderia provocar efeito contrário ao desejado.

### Pressão escandalosa

Mas o presidente teve uma outra reação nas horas que antecederam o voto da Sistematização: o protesto contra o que ele classificou de "pressão escandalosa" das lideranças peemedebistas (Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, principalmente e, dizem, que em surdina, a indiferença de Ulysses Guimarães) sobre parlamentares como o deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) para que mudasse seu voto de 5 para 4 anos.

Os líderes governistas, porém, não perceberam ou fingiram não ver duas circunstâncias que levariam ao mesmo resultado. Uma delas, o fato de que o substituto de Osvaldo Lima Filho, na Comissão de Sistematização, o deputado Maurílio Ferreira Lima, também do PMDB de Pernambuco, já se declarara a favor do mandato de 4 anos para o presidente, ou seja, pelas eleições diretas em 1988. E assim votou, como substituto de Osvaldo Lima Filho que, sob pressão, renunciou àquela Comissão. A segunda circunstância é a de que um grupo que se reuniu no último fim de semana em Brasília — com a presença do vice-governador de São Paulo, Almino Affonso, que ali se encontrava não por coincidência, como alguns jornais divulgaram, mas em consequência de um acerto de governadores (Quêrcia excluído desse esquema) e vários constituintes — fixou-se pelo mandato de 4 anos.

Essas circunstâncias confirmavam a previsão de que o resultado, que parecia alterado, viria a ser pelo mandato de quatro anos e,

se a alteração viesse a ser adotada em plenário da Constituinte, o máximo que poderia ocorrer como acordo seriam os cinco anos com parlamentarismo.

Agora, até essa hipótese se enfraquece, pois o grande argumento dos constituintes é o levantamento que está sendo feito junto à população e que, predominantemente, resulta no pedido de eleições diretas no próximo ano, se possível em todos os níveis.

A votação de ontem, na Comissão de Sistematização, comprovou dois fatos: o primeiro, o de que o presidente está sendo enganado, ingênua ou dolosamente; o segundo, que quanto mais o governo aperta o cerco, ameaçando ou promovendo demissões, perseguições, cancelamento de concessões, afastamento de constituintes que não adotam as posições oficiais, através de alguns governadores, tanto mais cresce o número de votos pelas diretas em 1988.

Com o resultado desses levantamentos de opinião pública, alguns parlamentares concluíam ontem que se aplicou, na realidade, a expectativa popular, com a clara disposição do eleitorado de chegar à presidência da República mais rapidamente, pelo voto direto.

A estas horas, o presidente Sarney deverá estar revivendo a estratégia de que não fazia segredo até há pouco, com suas duas hipóteses que — dizem — o consagrariam na história: O encaminhamento, agora, de emenda constitucional ao Congresso, modificando o texto vigente para permitir, no próximo ano, eleições gerais e diretas, de vereador a presidente (o mérito ficaria com ele, e não com a Constituinte) ou, após a promulgação da nova Carta, a dissolução da Câmara dos Deputados, ouvido o Conselho da República no qual seu controle é marcante, através da primeira emenda constitucional, se o novo texto não mantiver um período inicial impeditivo de emendá-la.

Um sentimento é comum em Brasília entre constituintes e políticos em geral: enganando, acuado, explorado, esgotado, o presidente Sarney não deixará de reagir.

E ninguém ignore que o presidente tem outros marimbondos de fogo não tão inofensivos quanto os que o consagraram nas traduções, permitindo que o exterior conheça o que os brasileiros ignoram.